



Segunda-feira, 24 de maio de 2021 às 16:06, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3055560: ACORDAO_ PA_ 0433-2021_HELIO SILVINO
SCHULTS_DANIELI_DOM

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Fraiburgo

MUNICÍPIO

Fraiburgo



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3055560>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0433/2021 ASSUNTO:
REVISÃO DE ALÍQUOTA DE IPTU
RELATOR: CONSELHEIRA DANIELI SERAFINI

EMENTA: Revisão de alíquota de Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbano – IPTU com Reconhecimento de Função Social.

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que figura como contribuinte: Hélio Silvino Schultz, ACORDAM, por unanimidade, conhecer do Recurso e negar provimento.

RELATÓRIO

Trata-se do pedido de revisão da alíquota de IPTU/2021 com reconhecimento da função social, formalizado em nome de Hélio Silvino Schultz, protocolado sob o número 0470/2021 em 11 de fevereiro de 2021 referente ao lote nº 004, quadra nº 570, Inscrição Imobiliária 000006.8.14.570.0004.000.000 localizado á Rua Nereu Ramos, S/Nº, no Centro neste Município **fl. 02**.

Em 12 de fevereiro de 2021 considerando os registros fotográficos **fls. 03 a 05** o Município de Fraiburgo por meio do Auditor Fiscal Vlademir Antonio Zonta Junior apresentou nos autos do Processo **fls. 06 e 07** constatação manifestando-se pelo INDEFERIMENTO do pedido de revisão de alíquota com reconhecimento de Função Social, uma vez que o imóvel encontra-se claramente subutilizado e abandonado, estando tomado pelo mato, não sendo possível admitir cumprimento de função social.

Em continuidade as alegações, o Auditor Fiscal Vlademir Antonio Zonta Junior observou que as imagens juntadas pelo contribuinte **fl. 03** são as mesmas que foram anexadas ao pedido de reconhecimento de função social protocolado através do Processo 4595/2019, sendo que a situação atual do imóvel é a constante nas imagens **fl. 05** registradas em 12 de fevereiro de 2021.

Por fim, relembra que a matéria correspondente a este assunto já foi apreciada e julgada pelo Egrégio Conselho de Contribuintes no exercício anterior, com decisão unânime dos conselheiros denegando o pedido de reconhecimento de função social do referido imóvel.

Na decisão de primeira instância em 18 de fevereiro de 2021 **fls. 08 a 10** o Secretário Municipal da Fazenda Rui Carlos Braun decidiu pelo INDEFERIMENTO do pedido de revisão de alíquota do IPTU 202, por entender que as características da propriedade não atedem a função social uma vez que o imóvel encontra-se não edificado o que comprova sua subutilização, alega também que não há ordenamento jurídico municipal legislação e/ou contrato com o requerente que autorize a disponibilidade diretamente pelo autor de espaço destinado a estacionamento quer na forma "gratuita ou paga" e que o transforme em "estacionamento público" ou ainda que venha a ter algum benefício fiscal com esta ação.

Destaca ainda que a gratuidade não isenta de responsabilidade aquele que generosamente permite outrem usufruir de um serviço ou bem em sede de mera cordialidade, sendo assim, mantem-se as responsabilidades do proprietário.

Após ser cientificado digitalmente através do whatsapp e conforme prevê o Artigo 597

inciso III alínea “e” e Artigo 620 da Lei Complementar 053/2003, em 25 de fevereiro de 2021 sob o Nº. 0641/2021 o contribuinte protocolou **fls. 12 e 13** Recurso Voluntário alegando ter direito ao reconhecimento da função social uma vez que disponibilizou o imóvel para ser utilizado como estacionamento público.

FUNDAMENTAÇÃO:

O pedido do contribuinte objetiva a revisão de alíquota do IPTU 2021 do Imóvel 8457 alegando que o mesmo atende sua função social como “estacionamento público”.

Para fazer jus ao reconhecimento da função social o imóvel deve enquadrar-se ao disposto no artigo 138-A da LC 97/2008, vejamos :

Art. 138 - A - A propriedade imobiliária urbana cumpre sua função social quando, em atendimento às funções sociais da cidade e respeitada as exigências fundamentais do ordenamento territorial estabelecidas no PLano Diretor, foram destinadas para:

I - habitação, principalmente Habitação de Interesse Social, HIS;

II - atividades econômicas geradoras de oportunidades de trabalho e renda;

III – infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;

IV - conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural;

V - o aproveitamento socialmente justo e racional do solo;

VI - o aproveitamento e a utilização compatíveis com a segurança e a saúde dos usuários e dos vizinhos;

VII - o desenvolvimento de atividades fins das empresas.

Esse é o relatório.

VOTO

Diante do exposto, conheço da solicitação apresentada pelo contribuinte, bem como da contestação oferecida pelo auditor Vlademir Antonio Zonta Junior e da decisão de 1ª instância proferida pelo secretário da fazenda municipal Rui Carlos Braun, e após análise dos documentos e imagens juntadas ao processo, voto no mérito pelo INDEFERIMENTO do pedido de revisão de alíquota de IPTU 2021 com reconhecimento da função social, por entender que o imóvel não atende as exigências fundamentais para cumprimento da função social e pelo fato de “estacionamento público” não estar previsto nos incisos I a VII do Artigo 138-A da Lei Complementar Municipal 97/2008, ou seja, não tem amparo legal, mantendo na íntegra a decisão de primeira instância.

É como voto senhor presidente.

DECISÃO

Ante o exposto, nos termos do voto do relator, por unanimidade de votos, o Conselho decidiu conhecer do recurso e negar provimento.

O conteúdo do presente Acórdão, nos termos do artigo 628 da Lei Complementar

Municipal nº 053/2003 deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios.

O julgamento, realizado no dia 22 de abril de 2021, foi presidido pelo Exmo Senhor Vladimir Trizotto, e dele participaram os Exmos Senhores Conselheiros Vinicius Rosar Ferronato, Giovani Gregolon e Rafael Augusto Castilhos.

Fraiburgo, 18 de maio de 2021

DANIELI SERAFINI

Conselheira